DIREITO
UFMG 1892

# O SINO DO SAMUEL

Jornal da Faculdade de Direito da UFMG

Ano 3 | Nº 30 | Belo Horizonte | Dezembro de 2016

Foto: Domínio público

A Faculdade Livre de Direito em meados de 1910, na antiga Praça da República, hoje, Praça Afonso Arinos

# Faculdade de Direito revisita o passado para celebrar 125 anos

**Págs. 3**

Projeto preenche lacuna entre órgãos trabalhistas **Pág.5**

Com Trump, futuro de estrangeiros é imprevisível **Pág.7**

## O ano termina e começa outra vez!

A Faculdade de Direito da UFMG chega ao fim de 2016 com a sensação de dever cumprido e muitos motivos para comemorar. Graças ao empenho de todos, fizemos história mais uma vez e conquistamos o título de Melhor Faculdade de Direito do Brasil.

Vimos nossos alunos, professores e servidores desempenhando suas atividades numa mesma direção e com um único objetivo de tornar as pessoas mais conscientes.

Mais do que nunca, concentramos nossos esforços na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, com valores preconizados no preâmbulo da Constituição da República, que deve ser nossa bússola.

Celebramos o diálogo, propiciamos encontros inesquecíveis e vivenciamos momentos que transformaram a trajetória de cidadãos, do país e do mundo.

Obrigado pelo voto de confiança que vocês concederam a mim e ao professor Aziz ao nos elegerem para conduzir a Casa de Afonso Pena.

Que 2017 nos reserve bons ventos e ainda mais vitórias.

Desejo a todos um feliz Natal e um ano novo pleno de saúde e realizações!

***Fernando Jayme***
***Diretor da Faculdade de Direito da UFMG***

# Cento e vinte e cinco anos de excelência jurídica

## A Faculdade de Direito comemorou seu 125º aniversário com a realização de um seminário em homenagem ao primeiro diretor, Afonso Pena

Tancredo Neves, Pedro Aleixo, Mello Viana, Francisco Salles, Milton Campos, Bias Fortes, Antonio Anastasia, Carmen Lúcia, Fernando Brant e Ziraldo. Esses são alguns dos ilustres estudantes que passaram pelas salas de aula da Vetusta Casa de Afonso Pena. A instituição traz em sua essência a história de cada personalidade de projeção nacional e internacional que contribuiu para a construção e a transformação do país. E, em 2016, ano em que completa 125 anos, também comemora o reconhecimento como Melhor Curso de Direito do Brasil.

Devido à importância para o país e, principalmente, para a Faculdade de Direito da UFMG, o ex-aluno Afonso Pena foi a personalidade escolhida para ser homenageada no segundo evento do projeto *Direito a Prosa Verso Poesia & Cia*. Idealizado por Andréa de Paula Brandão Martins, coordenadora da biblioteca, o seminário *Afonso Pena e a República no Brasil* foi realizado no dia 6 de dezembro.

"Para entender bem a Faculdade de Direito da UFMG e o que ela representa nos âmbitos da cidade, do estado e do próprio país, é importante conhecer os fundadores da instituição. E o fato de Afonso Pena ter sido o primeiro diretor da Faculdade faz dele ainda mais especial para a nossa história. Foi ele quem deu rumo à nossa escola e, por isso, é muito importante conhecer sua vida e trajetória profissional", explica o professor Hermes Guerrero, estudioso da história da Faculdade. De acordo com Hermes, a maioria dos fundadores da Vetusta viveu em São Paulo, no período anterior à Proclamação da República. Estes, por sua vez, foram muito influenciados pela luta contra o escravagismo e a favor do liberalismo político, do federalismo e da própria Proclamação da República. O professor conta que foi esse o espírito que os moveu a fundar a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, no dia 10 de dezembro de 1892, em Ouro Preto.

> **"QUALQUER HOMENAGEM QUE A GENTE FAÇA A AFONSO PENA AINDA É POUCA, PELO QUE ELE REPRESENTA PARA A CIDADE, PARA O ESTADO E, EM ESPECIAL, PARA A NOSSA FACULDADE."**
>
> **PROFESSOR HERMES GUERRERO**

Entre os jovens e idealistas advogados que fundaram a escola estão Afonso Pena, Francisco Luiz da Veiga, Afonso Arinos de Mello Franco, Antônio Augusto de Lima, Levindo Ferreira Lopes e Francisco Silviano de Almeida Brandão. Sonhando com a República do Brasil, o grupo teve forte influência para que Ouro Preto deixasse de ser a capital do estado. A cidade, em tudo, lembrava a colônia, e era preciso um novo lugar, com ares republicanos.

Hermes afirma que por isso Belo Horizonte foi construída. E, no ano seguinte à inauguração da nova capital, em 1898, a Faculdade foi transferida. "Se a Faculdade de Direito de São Paulo é resultado da Independência do Brasil, a nossa foi fruto direto da Proclamação da República", enfatiza.

### Seminário

Com a participação dos professores Hermes Guerrero (FD/UFMG), Giordano Bruno Soares (FD/UFMG), Heloisa Starling (FAFICH/UFMG) e Marcelo Cattoni (FD/UFMG), o seminário *Afonso Pena e a República no Brasil* abor-

Foto: Divulgação

Aos 125 anos, a Faculdade de Direito da UFMG foi palco de momentos históricos e, hoje, é considerada a melhor do país

Foto: Domínio Público

Afonso Pena é homenageado

dou a importância de Afonso Pena para o cenário político brasileiro do início do século XX, o surgimento das escolas de direito no fim do período imperial e na República Velha, e a história da República do Brasil.

Além desses temas, o seminário apresentou a obra reeditada *Affonso Penna*, de autoria do Balmaceda Guedes. De acordo com o professor Hermes, que comentou o livro no evento, os herdeiros de Balmaceda abriram mão dos direitos autorais e o registro da obra foi custeado pelos ex-alunos da Faculdade, Misabel Derzi, Mônica Sette Lopes, Rui Mendes e o próprio Hermes. O objetivo foi fazer com que os atuais alunos tivessem acesso à publicação, para conhecer um pouco mais da história da Faculdade.

### Novidade

O professor Hermes Guerrero, egresso na instituição em 1981, lançará em março de 2017 um livro sobre a história da Vetusta. A obra terá histórias e relatos que vão desde o ano de 1892 até 1930 – final da República Velha.

**1892** Em 10 de dezembro, é fundada em Ouro Preto a Escola Livre de Direito, atual Faculdade de Direito da UFMG

**1898** A Faculdade é transferida para Belo Horizonte e se mantém sempre na Região Central da cidade

**1901** A Faculdade se instala definitivamente na Praça da República, hoje, Praça Afonso Arinos

**1908** Em 16 de agosto, é fundado o Centro Acadêmico Afonso Pena (Caap), mais antiga entidade estudantil de Minas

**1958** O prédio antigo é derrubado e construído no lugar o edifício Villas Boas, onde funciona o curso de pós-graduação

**1960** De 1964 a 1980, durante o período da Ditadura Militar, alunos lutam por liberdades civis, eleições diretas e redemocratização

**1990** É construído o edifício Valle Ferreira, com entrada pela Avenida João Pinheiro, para o curso de graduação

**1998** É inaugurado o edifício-sede da biblioteca Prof. Lydio Bandeira e Mello

**2008** A Faculdade de Direito passa a oferecer também o curso de Ciências do Estado

**2010** É fundado o Centro Acadêmico de Ciências do Estado (Cace)

**2014** A Revista da Faculdade de Direito completa 100 anos

**2016** O curso de Direito da FDU é reconhecido como o melhor do país, pelo RUF (Ranking Universitário da Folha)





# Ponte para integrar instituições públicas

## Universidade se torna palco de intermediação entre AGU, INSS, Justiça do Trabalho e Justiça Federal em projeto da Faculdade de Direito

Foto: Agência Brasil

Devido à falta de integração entre o INSS e a Justiça do Trabalho, muitos trabalhadores caem no chamado limbo previdenciário

O grupo de estudos Questões Previdenciárias Afetas ao Contrato de Trabalho, da Faculdade de Direito, encerra 2016 com boas perspectivas. Em dezembro, seu projeto Diálogos Interinstitucionais para Harmonização e Cooperação Judicial chegou ao terceiro encontro do ano, reunindo membros do INSS, da Advocacia Geral da União (AGU), da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.

Depois de assinarem um termo de cooperação técnico-científico e de passarem por um extenso diagnóstico, as instituições estão prontas para dar o próximo passo, que é a fase de implantação dos conceitos em casos concretos. A proposta é integrar as ações dos órgãos, que sofrem com o insulamento burocrático, estrutural e jurisdicional em suas tomadas de decisões.

Sob responsabilidade do Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e Administração da Justiça (Prunart), a pesquisa-ação tem como foco o exercício dos direitos previdenciários pelos cidadãos. "Ao mesmo tempo em que o trabalhador passa por um estado de necessidade, por conta de alguma limitação ou doença, também tem direitos e deveres decorrentes do contrato de trabalho", sinaliza a mestranda em Direitos Sociais, Sílvia Maria Maia Xavier, que escolheu esse recorte como objeto de pesquisa. É daí que surge um dos grandes problemas sociais do país: o limbo previdenciário.

"Esses trabalhadores têm o direito a benefícios e indenizações reconhecido pela Justiça do Trabalho, mas o INSS nega tudo, dizendo que ele [o trabalhador] está ótimo e pode voltar à sua atividade. Ele, então, fica numa situação difícil, pois não consegue cumprir o contrato de trabalho nem obtém o benefício previdenciário", explica. Com o impasse, o cidadão se vê obrigado a acionar um terceiro órgão, a Justiça Federal. Nesses casos, além da demora e da burocracia, as decisões ainda podem ser contraditórias e gerar posições conflitantes.

São exatamente essas situações que os Diálogos Interinstitucionais buscam resolver. Por meio da cooperação judicial entre os atores envolvidos, as instituições se abrem para soluções consensuais, resguardando o trabalhador da *via crucis* que ele passaria para resolver seu problema. "Na prática, estabelecemos critérios que permitem que o INSS aceite as decisões proferidas na Justiça do Trabalho, para que o cidadão não precise acio-

nar a Justiça Federal, encurtando o tempo de resolução dos problemas."

O projeto da Faculdade de Direito ainda é um piloto. Em Minas Gerais, entretanto, iniciativa semelhante tem sido desenvolvida em Contagem desde 2010. Segundo Sílvia, a versão pioneira já resolveu, com eficiência, entre 60% e 70% dos casos que lá chegaram. Para a mestranda, mais do que diminuir as demandas da justiça trabalhista de forma efetiva, o projeto tem potencial para cumprir o maior princípio de todas essas instituições: a efetivação dos direitos sociais.

### Falta integração

De acordo com o coordenador do Prunart, professor Antônio Gomes de Vasconcelos, o sistema de gestão das demandas trabalhistas previdenciárias é falho. "O problema das instituições tem raízes profundas. Há uma irracionalidade do próprio sistema. Essas questões deveriam estar ligadas a uma só justiça, de forma que, se ela resolvesse determinado assunto, ele estaria concluído. Isso não acontece porque os critérios e as distribuições de competências da Justiça não são harmônicos."

Para Antônio, essa situação leva à desarticulação das ações dos órgãos públicos. Por isso há a necessidade de agir por outro caminho, que priorize alternativas razoáveis, racionais e ágeis a partir do que já existe. Os órgãos públicos, no entanto, só agora estão vislumbrando essas possibilidades. "Há um consenso sobre esse sistema, para que as instituições foquem seus esforços na busca por soluções possíveis, dentro da legislação vigente", afirma o professor.

Nesse sentido, a universidade e os pesquisadores fazem a intermediação entre as instituições, tornando-se atores contributivos para dar vazão aos processos. Como é fruto de uma pesquisa-ação, o projeto Diálogos Interinstitucionais interfere na realidade da AGU, do INSS, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal, tentando transformar e integrar os atores institucionais e sociais envolvidos.

### Conhecimento aplicado

O Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e Administração da Justiça, da UFMG, engloba diversos projetos da área, com uma metodologia focada em aproximar o conhecimento e as pesquisas de problemas sociais. É uma forma de a universidade interagir com a realidade do país e contribuir para a resolução de suas mazelas.

Como parte das atividades acadêmicas, o projeto Diálogos Interinstitucionais permite que a universidade e os pesquisadores conheçam os gargalos da Justiça e troquem experiências. "Partimos do pressuposto de que as instituições acumulam um conhecimento que a universidade não consegue produzir, pois está na prática. A ideia é que nossos pesquisadores não só absorvam esse conhecimento, mas o sistematizem e se apropriem dele para produzir sua ciência", diz o professor Antônio Gomes.

NOTA

## FIQUE LIGADO!

Durante a primeira semana de janeiro de 2017, a Faculdade de Direito da UFMG estará fechada para manutenção. De 2 a 7 de janeiro, a unidade será dedetizada e será feita a lavagem das caixas d'águas do prédio. Dessa forma, alunos, professores ou servidores não poderão fazer uso das dependências dos prédios, com exceção de quem estiver escalado para a realização dessas tarefas.





# Através do muro de Trump

## Política migratória de presidente eleito nos Estados Unidos pode ser tiro no pé para a economia norte-americana

Eleitores de Trump em prévia realizada em Reno, Nevada

Foto: Darron Birgenheier

A eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, no dia 8 de novembro, surpreendeu o mundo. Contrariando todas as expectativas, o empresário bilionário, que se candidatou pelo Partido Republicano e venceu a democrata Hillary Clinton, reacendeu o discurso protecionista e isolacionista norte-americano.

Em termos de política externa, a questão migratória foi, sem dúvidas, a principal bandeira da candidatura de Trump. A promessa do empresário era de que até 3 milhões de imigrantes sem documentação seriam deportados do país. O discurso não só roubou a cena durante a campanha, como se transformou em palavra de ordem entre os defensores de Trump.

"A história do *build the wall* foi o motor para várias das correntes que apoiavam a candidatura de Trump. A ideia do muro entre os Estados Unidos e o México acabou ganhando a simpatia de vários eleitores", analisa o professor de política internacional da UFMG, Dawisson Belém Lopes.

O acadêmico explica que os impactos de uma política migratória mais dura são de várias ordens. "Do ponto de vista político, simboliza o recuo de uma ideologia de mais liberdade dos fluxos humanos que avançou bastante nas últimas décadas", exemplifica. Várias agências das Nações Unidas – como o Alto Comissariado da ONU para Refugiados, o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos e outros órgãos das Nações Unidas, em Genebra – consagraram práticas migratórias humanizadas e uma tutela estatal mais cuidadosa com os estrangeiros.

Por garantirem proteções já universalizadas de direitos humanos, essas instituições impedem qualquer tipo de maltrato ou ação inumana do governo dos Estados Unidos aos

A ideia de um muro entre os EUA e o México conquistou parte considerável do eleitorado

Foto: Domínio Público

imigrantes. Apesar disso, Aziz Saliba, especialista em direito internacional e professor da Faculdade de Direito, ressalta: "A decisão de deportar ou expulsar pessoas em situação ilegal é do Estado soberano, respeitadas as normas do próprio Estado e os acordos internacionais dos quais seja parte".

## Respaldo na economia

Por incrível que pareça, a proteção dos imigrantes nos Estados Unidos, sejam eles legais ou ilegais, está na própria economia. Na opinião do professor Dawisson, devolver aos países de origem os milhões de trabalhadores que proveem mão de obra básica e mais barata comprometeria a atual composição da economia estadunidense, que concentra os empregos mais qualificados aos norte-americanos. "Poderia ser um tiro no pé."

O acadêmico também ressalta outro mecanismo que pode proteger os imigrantes da intempestividade de Donald Trump: o alto custo para se implementar estratégias de expulsão maciça de estrangeiros ou a construção do muro. "É muito caro operacionalizar todo esse processo e criar um sistema de investigação, conferência e devolução dessas pessoas. Fazer os imigrantes pagarem pelas passagens aéreas não seria possível, pois muitos não têm condições de arcar com os custos. Não é barato expulsar 11 milhões de pessoas", afirma.

Ainda no aspecto econômico, é quase certo que o endurecimento da política migratória norte-americana arrasaria os países latinos. Dawisson se lembra de um dado, que considera expressivo e chocante: o fluxo diário de mexicanos na fronteira entre os Estados Unidos e o México é de cerca de 1 milhão de pessoas, que transitam legal e ilegalmente. "É uma fronteira muito viva, muito intensa. Se você constrói um muro e tenta, forçosamente, reverter esse fluxo, conseguimos imaginar o tipo de tragédia envolvida, tanto na perspectiva policial quanto econômica", pontua.

Países-ilhas da América Central e do Caribe são outros que têm como principal fonte de receita as remessas das famílias que se estabeleceram nos Estados Unidos e passaram a enviar divisas para quem ficou em seus territórios. "Se você devolve essas pessoas, cria-se um efeito cascata muito negativo, um efeito dominó que acabará quebrando várias dessas economias", avalia. O Norte da América do Sul corre o mesmo risco.

## Brasil não é diferente

No caso do Brasil, o endurecimento da política migratória já começou. A taxa de rejeição da concessão de vistos norte-americanos para brasileiros subiu de 4%, em 2015, para 22%, em 2016. "Isso indica que, mesmo antes de Trump, os brasileiros, em meio à crise, passaram a ser percebidos como imigrantes econômicos e, portanto, ameaçadores dos empregos e do bem-estar estadunidense", afirma Dawisson.

Depois da vitória, Trump abrandou o discurso. Entretanto, o pânico de muitos estrangeiros que vivem em terras norte-americanas está instaurado. E com razão, já que uma das características mais marcantes do futuro presidente dos Estados Unidos é o "fator imprevisibilidade". "Há uma distância entre o que se promete em campanha e o que, de fato, consegue- se implementar. Trump poderá ter de abandonar algumas de suas promessas em razão de inúmeros fatores internos e externos, como, por exemplo, oposição do Congresso, objeção do Judiciário, alto custo com países aliados dos Estados Unidos ou mesmo de grupos que apoiaram o presidente eleito. Prognósticos, neste momento, serão meras especulações. Temos de aguardar", pondera o professor Aziz Saliba.

Informativo digital da Faculdade de Direito da UFMG.

**Diretor da Faculdade de Direito:** professor Fernando Gonzaga Jayme - **Fundador deste jornal:** professor Aloízio Gonzaga de Araújo Andrade - **Jornalista responsável:** Ana Carolina Bicalho - 11867/MG - **Redação:** Luciana Mayer - **Diagramação:** Renata Coutinho de Moura - **Revisão e produções editorial e gráfica:** Partners Comunicação Integrada - (31) 3029-6888 www.partnerscom.com.br